

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

O (NÃO) LUGAR DA NATUREZA: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOBRE VIDA TERRESTRE NO BRASIL DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

Érika Laurinda Amusquivar
Ana Livia de Oliveira Carvalho



A PESQUISA

busca analisar a governança ambiental do governo Bolsonaro frente à implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15, referente à vida terrestre, sob o prisma das políticas neoliberais e conservadoras implementadas nesse governo, discutindo como a colonialidade permeia a agenda neoliberal brasileira. Para isso, foram analisados os Relatórios Luz, documentos de emissão anual organizados pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, os quais analisam a implementação dos ODS no Brasil e apontam os ajustes necessários para o cumprimento dos compromissos firmados com a ONU.



ÍNDICE

- 04** Apresentação aos ODS
- 05** Objetivos da Pesquisa
- 06** Metodologia
- 07** Discussões e Resultados
- 09** Grupo de Pesquisa
- 10** Referências



Apresentação aos ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e Bem-Estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17. Parcerias e meios de implementação.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O (NÃO) LUGAR DA NATUREZA: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOBRE VIDA TERRESTRE NO BRASIL DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

Analisar os Relatórios Luz, com foco na ODS 15, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Compreender de que forma a colonialidade se apresenta na governança ambiental do Governo Bolsonaro

Examinar a relação entre o agronegócio e o bolsonarismo na desestruturação das políticas ambientais.





Metodologia

ESTA SEÇÃO INCLUI OS PROCESSOS METODOLÓGICOS PREVISTOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA

Foi realizado uma análise dos Relatórios Luz, documentos produzidos anualmente pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, com foco nas seções dedicadas ao ODS 15. Essa análise permitiu identificar os principais desafios, recomendações e problemáticas na implementação do ODS no Brasil.

Além disso, foi feito um clipping de notícias do período de 2018 a 2022, abrangendo o período pré-eleitoral e o governo Bolsonaro. As notícias foram selecionadas em jornais de circulação nacional e portais digitais, utilizando palavras-chave relacionadas aos ODS e governança ambiental, permitindo compreender como a temática foi abordada na mídia e identificar narrativas predominantes.

A pesquisa também conta com uma revisão bibliográfica centrada em produções que discutem a colonialidade, a antipolítica, o neoliberalismo, as relações de poder na formulação de políticas ambientais e a influência do agronegócio e demais setores econômicos predatórios na política nacional, durante o governo Bolsonaro.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Antes de ser eleito, Bolsonaro já indicava o impacto negativo que seu governo teria sobre o meio ambiente, chegando a propor a fusão dos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Agricultura. Mesmo sem a fusão, após eleito, iniciou a desestruturação da governança ambiental desde o primeiro ano, demonstrando apoio irrestrito ao agronegócio, à mineração e a outras atividades econômicas com efeitos degradantes à natureza. Houve, assim, o anúncio do corte de R\$187 milhões do MMA, a série de nomeações de pessoas com pouca ou nenhuma experiência na área ambiental para cargos de chefia, a transferência do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Agência Nacional de Águas (ANA) para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), gerando conflitos de interesse e fragilizando as políticas de conservação (GT Agenda 2030, 2019). Essa negligência em relação aos compromissos com a ONU se consolidou com a sanção do Plano Plurianual da União (PPA), no qual o único veto aplicado foi justamente ao trecho que mencionava a busca pelo cumprimento dos ODS (Agência Câmara de Notícias, 2019).

O governo se aproveitou do contexto da pandemia para “passar a boiada”, ampliando suas ações antiambientalistas, com a intensificação da publicação de atos normativos relacionados ao meio ambiente em 2020. Apenas no período de março a maio, foram publicados 195 atos, frente a apenas 16 no mesmo período de 2019 (Amaral et al., 2020). Esses atos incluíam portarias, instruções normativas e decretos, utilizados para flexibilizar regras ambientais e alterar entendimentos legais sem passar pelo Congresso. Houve também, a centralização de decisões, exonerações de técnicos e o aumento do poder da administração militarizada, levando instabilidade jurídica e críticas de desmonte institucional (Amaral et al., 2020).



Relatório 2020

Meta 15.1	↙	SATISFATÓRIO
Meta 15.2	□	
Meta 15.3	○	
Meta 15.4	→	
Meta 15.5	□	
Meta 15.6	□	
Meta 15.7	↙	
Meta 15.8	○	
Meta 15.9	○	
Meta 15.a	↙	
Meta 15.b	↙	INSUFICIENTE
Meta 15.c	□	
		ESTAGNADA
		AMEAÇADA
		RETROCESSO

Relatório 2021

Meta 15.1	↙	RETROCESSO
Meta 15.2	↙	RETROCESSO
Meta 15.3	↙	RETROCESSO
Meta 15.4		ESTAGNADA
Meta 15.5	⚡	AMEAÇADA
Meta 15.6	→	INSUFICIENTE
Meta 15.7	↙	RETROCESSO
Meta 15.8	→	INSUFICIENTE
Meta 15.9		ESTAGNADA
Meta 15.a	↙	RETROCESSO
Meta 15.b	↙	RETROCESSO
Meta 15.c	⚡	AMEAÇADA

Relatório 2022

Meta 15.1	↙	RETROCESSO
Meta 15.2	↙	RETROCESSO
Meta 15.3	↙	RETROCESSO
Meta 15.4		ESTAGNADA
Meta 15.5	⚡	AMEAÇADA
Meta 15.6	→	INSUFICIENTE
Meta 15.7	→	INSUFICIENTE
Meta 15.8	↗	SATISFATÓRIO
Meta 15.9		ESTAGNADA
Meta 15.a	↙	RETROCESSO
Meta 15.b	↙	RETROCESSO
Meta 15.c	⚡	AMEAÇADA*

Fonte: GT AGENDA 2030. *Relatório Luz.*

O RELATÓRIO LUZ PASSOU A PRODUIR O QUADRO DE ANÁLISE DE CLASSIFICAÇÃO DAS METAS A PARTIR DE 2020, POR ISSO NÃO HÁ O QUADRO DE 2019

A governança ambiental do governo Bolsonaro foi marcada pela redução da natureza a mero recurso econômico. Essa visão de mundo, herdeira de lógicas coloniais e neoliberais, sustentou a inversão de papéis dos órgãos ambientais, que passaram a favorecer a exploração em detrimento da preservação. Ao apoiar as atividades econômicas que mais geram danos ambientais e conflitos por terra no Brasil, o governo também determinou seus inimigos: indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais, historicamente guardiões do meio ambiente devido às suas cosmovisões, que orientam suas formas de relação com a terra. Esses grupos ficaram sob constante ameaça, com o governo não apenas negligenciando sua proteção, mas atuando ativamente contra eles, reduzindo-os a obstáculos para o “desenvolvimento” desejado.

A biodiversidade brasileira, que confere ao país relevância estratégica no enfrentamento da crise climática e potencial de protagonismo global, foi totalmente atacada. O negacionismo científico se mostrou pilar central que sustenta a lógica neoliberal bolsonarista: a negação, minimização ou omissão dos impactos socioambientais foi utilizada para justificar a exploração desenfreada da natureza e a precarização da vida dos povos que nela vivem. Esse antiambientalismo, em tempos de emergência climática, demonstrou como, no governo Bolsonaro, a própria “Vida” se configurou como inimiga.



Grupo de Pesquisa Geourb

O Geourb (Geopolítica e Urbanização Periférica) é um grupo de pesquisa da Universidade de Brasília que estuda as dinâmicas geopolíticas e urbanas do Sul Global. O grupo aborda duas áreas principais: a Geopolítica do Sul Global (GEOSSUL), que analisa as desigualdades criadas pelas políticas do Norte Global, e a Sociedade e Urbanização na América Latina (SOUL), que investiga a segregação urbana e sua relação com a democracia, com foco em temas como direito à cidade, mobilidade e conflitos urbanos.



FAPDF

Esta pesquisa é fruto da Iniciação Científica de Ana Livia de Oliveira Carvalho (pesquisadora bolsista) e faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Os entraves à implementação da Agenda 2030 no Brasil diante do conservadorismo no governo Bolsonaro (2019-2022)”, financiado pela FAPDF, EDITAL 05/2024 - Demanda Espontânea. Este trabalho foi coordenado pela professora Érika Amusquivar, no Instituto de Ciência Política (IPOL) pela Universidade de Brasília e vincula-se ao grupo de pesquisa GeoUrb.

Referências da Pesquisa

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Bolsonaro sanciona PPA com veto a metas de desenvolvimento sustentável da ONU. Agência Câmara de Notícias, Brasília, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/629391-bolsonaro-sanciona-ppa-com-veto-a-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 13 maio 2025.

AMARAL, Ana Carolina; WATANABE, Phillippe; YUKARI, Diana; MORAIS, Meneghini. Governo acelerou canetadas sobre o meio ambiente durante a pandemia. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/governo-acelerou-canetadas-sobre-meio-ambiente-durante-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 13 maio 2025.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro: economia, agricultura e meio ambiente [vídeo]. Jair Bolsonaro (canal oficial do YouTube), 13 mar. 2018. Disponível em: https://youtu.be/g34GTfcKMbU?si=QJw31xgjcY_NJd6t. Acesso em: 5 set. 2025.

BRAGANÇA, Daniele. Bolsonaro defende o fim do Ministério do Meio Ambiente. ((o))eco, Rio de Janeiro, 1 out. 2018. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/bolsonaro-defende-o-fim-do-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Governo Federal lança o ODS 18 “Igualdade Étnico-Racial” em evento paralelo do G20 Social. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/governo-federal-lanca-o-ods-18-201cigualdade-etnico-racial201d-em-evento-paralelo-do-g20-social. Acesso em: 14 maio 2025.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. 3. ed. São Paulo: Politeia, 2019.

DANTAS, Dimitrius. Em encontro inédito, sete ex-ministros do Meio Ambiente denunciam “desmonte” da pasta no governo Bolsonaro. O Globo, Rio de Janeiro, 8 maio 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-encontro-inedito-sete-ex-ministros-do-meio-ambiente-denunciam-desmonte-da-pasta-no-governo-bolsonaro-23650311>. Acesso em: 13 maio 2025.

EMBRAPA. Dados econômicos – Soja em números (safra 2024/25). Brasília: Embrapa, 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GALERA, Vinicius. Não é fusão, mas sim extinção do Ministério do Meio Ambiente. *Globo Rural*, São Paulo, 31 out. 2018. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2018/10/nao-e-fusao-mas-sim-extincao-do-ministerio-do-meio-ambiente.html>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GT AGENDA 2030. Nota de preocupação sobre o veto à Agenda 2030 no PPA. Brasília: Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 4 mar. 2020. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/wp-content/uploads/2020/03/nota-de-preocupac387c383o-04.03.2020-1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

GT AGENDA 2030. Relatório Luz. Brasília: Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2020. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz>. Acesso em: 13 maio 2025.

HAJE, Lara. Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU. Agência Câmara de Notícias, Brasília, 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/784354-relatorio-aponta-que-o-brasil-nao-avancou-em-nenhuma-das-169-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 13 maio 2025.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUHN, Daniela Dias; COSTA, Ana Monteiro. Bien Vivir/Buen Viver/Bem Viver: uma proposta de pós-desenvolvimento nas Epistemologias do Sul. *Revista IDeAS*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 34-66, 2017.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca et al. A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente. *Margens*, Belém, v. 15, n. 24, p. 85-102, set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/10049>. Acesso em: 31 maio 2024. doi: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i24.10049>.

MOREIRA, Tales Lemos; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Pós-desenvolvimento, pós-colonialismo e decolonialismo: divergências e convergências entre os paradigmas a partir de uma revisão integrativa. São Paulo: SBAP, 2022.

MST. Nossa produção. Brasília: MST, 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao>. Acesso em: 15 ago. 2025.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. “Passando a boiada”: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Brasília, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

OLIVEIRA NETO, Barnabé Lucas de. Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 25, n. 2, ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9937/9030>. Acesso em: 23 maio 2024. doi: <http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v25i2.9937>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do sul. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73–117.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RODRIGUES, S. Governo corta R\$ 187 milhões do MMA. Saiba como o corte foi dividido. O Eco, São Paulo, 7 maio 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/governo-corta-r-187-milhoes-do-mma-saiba-como-o-corte-foi-dividido/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ZHOURI, Andréa. O antiambientalismo no Brasil: da violência lenta à violência nua. In: ZUCARELLI, Marcos Cristiano; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; ALARCOM, Daniela Fernandes; OLIVEIRA, Bruno Pacheco de; RAUBER, Marcelo Artur (orgs.). Infraestrutura para produção de commodities e povos etnicamente diferenciados: efeitos e danos da implantação de “grandes projetos de desenvolvimento” em territórios sociais. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 105-145.

